



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 27935 - DF (2021/0225318-1)

RELATOR : MINISTRO MANOEL ERHARDT (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF-5ª REGIÃO)
IMPETRANTE : FRANCISCO MATHEUS GUIMARAES
ADVOGADOS : JOSÉ EDUARDO COELHO BRANCO JUNQUEIRA FERRAZ - RJ106810
MAURO VINICIUS DA ROCHA MARQUES - RJ172665
CAROLINA NATASHA RODRIGUES GOMES E OUTRO(S) - RJ231173
IMPETRADO : MINISTRO DA SAÚDE
INTERES. : UNIÃO

DECISÃO

Cuida-se de mandado de segurança impetrado por FRANCISCO MATHEUS GUIMARAES, com pedido de liminar, contra suposto ato ilegal do MINISTRO DA SAÚDE, qual seja, a cassação da sua aposentadoria.

Aduz que não houve produção de prova cabal de cometimento de improbidade administrativa a justificar a cassação em foco.

Requer, liminarmente (fl. 19):

Conceder liminar, *Inaudita Altera Pars*, no sentido de suspender os efeitos jurídicos da decisão administrativa proferida pela Autoridade Coatora, restabelecendo-se os benefícios da aposentadoria do Impetrante, até o julgamento do mérito deste *writ*, tendo em vista que preenchidos os requisitos para a concessão da medida liminar;

É, no essencial, o relatório. Decido.

A concessão de medida liminar em mandado de segurança exige a satisfação simultânea de dois requisitos autorizadores, a saber, o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos expendidos no *mandamus*; e o *periculum in mora*, evidenciado ante a possibilidade do perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

Em análise sumária, verifica-se que o *periculum in mora* não está evidenciado, pois não há risco de ineficácia da concessão da ordem mandamental na hipótese de a liminar não ser desde logo deferida.

Ressalte-se que o mandado de segurança não configura a via adequada para o reexame das provas produzidas no processo administrativo disciplinar, o que demandaria dilação probatória no bojo de tal ação constitucional, que é exatamente a hipótese dos autos, prevalecendo, na hipótese em epígrafe, a presunção de legitimidade do ato administrativo.

Ademais, o pedido de liminar, que tem como objetivo anular a cassação, confunde-se com o pedido principal da impetração, demonstrando a natureza satisfativa do pleito, cuja análise pormenorizada compete ao colegiado no momento oportuno.

Por fim, não se deve descurar que o controle jurisdicional do PAD diz respeito tão somente ao exame da regularidade do procedimento, levando-se em conta os princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, o que não autoriza, portanto, nenhuma imersão no mérito administrativo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar sem prejuízo de ulterior deliberação pelo relator.

Notifique-se a autoridade coatora para que preste informações no prazo de 10 dias (art. 7º, I, da Lei n. 12.016/2009).

Cientifique-se a Advocacia-Geral da União para que, querendo, ingresse no feito (art. 7º, II, da Lei n. 12.016/2009).

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal (art. 12, caput, da Lei n. 12.016/2009).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente